

Eu espero que o governador sancione o meu projeto, espero. Por quê? Porque é um projeto que visa assegurar o cidadão. É um projeto que dispõe sobre a instalação de câmeras de vigilância em transportes coletivos intermunicipais e similares no estado de São Paulo, principalmente visando os problemas sérios que nós temos tido de assédio sexual, de ataques sexuais dentro de coletivos, ônibus, metrô, trens contra as nossas mulheres.

Alguns tarados, alguns maniacos, aproveitando-se da multidão estão praticando atos terríveis, criminosos contra as mulheres, jovens. Isso tem de parar.

Nós não temos como colocar um policial em cada ônibus, em cada vagão de trem ou de metrô. Mas temos como colocar uma vigilância constante identificando qualquer safado que queira fazer isso.

Nós não podemos aceitar que esses maniacos, esses tarados continuem agindo.

Nós, homens, não temos esse problema diretamente conosco, mas temos notícias disso. Somos casados, temos filhas, mães, amigas, parentes que sofrem esse tipo de atentado. E o que é feito a respeito? Nada. Fala-se todo dia, o jornal vira e mexe notícia uma ocorrência dessas e só. Vou começar a trazer os recortes de jornais para mostrar como isso chega ao jornal. Isso quando chega. Imaginem o que não chega. Acho que de cada 100 acontecimentos, um chega ao jornal. É preciso cessar isso.

Além desse problema, nós teríamos a identificação de criminosos que poderiam praticar roubos nos coletivos; teríamos a identificação até de motoristas ou tripulação do veículo que estivesse praticando algum crime, como dirigir sob efeito de álcool, andar em alta velocidade, falar no celular.

Em contrapartida, você quer fiscalizar o motorista, não! Eu quero ajudar o motorista do ônibus porque quando ocorrer algum problema dentro do coletivo, ele vai usar a filmagem para se defender também, para mostrar que estava trabalhando corretamente, que ele estava dentro da lei.

O videomonitoramento hoje não é para prejudicar o funcionário. É para resguardar o funcionário.

Outro dia conversava com o deputado Delegado Dr. Olim sobre monitoramento em viaturas policiais.

Muita gente acha que vai fiscalizar o policial. Ao contrário: vai ajudar o policial porque quando ele fala que tomou tiro na rua, tem um monte de idiotas que duvida, porque não é ele que está sentado na viatura tomando tiro. Infelizmente temos de ver no WhatsApp essas loucuras que vemos hoje diariamente de bandido atirando em polícia, a polícia com um 38 e o bandido com um fuzil. Af todo mundo fala “nossa, que absurdo”. Acontece, sim, e para isso temos de ter videomonitoramento.

Temos, então, o PL 556/16 aprovado pelos 94 deputados desta Casa. Nesse sentido, apelo ao governador Geraldo Alckmin para a sanção do nosso projeto, transformando-o em lei, regulamentando e colocando em prática para que haja uma fiscalização total e a prisão desses maniacos, desses tarados que praticam esse tipo de atitude ou de qualquer criminoso que queira praticar um ato ilícito dentro do transporte coletivo. E já vai um aviso a todos os criminosos: nós estamos aqui trabalhando e trabalhando sério no combate ao crime.

Nós estávamos na rua - eu, o Coronel Camilo, o Delegado Olim - até um, dois, três anos atrás combatendo o crime. Agora nós estamos em um novo campo de batalha: o campo da batalha político. Portanto, vamos continuar brigando, sim, pela população de bem e o crime que se cuide, porque no que depender de nós, bandido vai para a cadeia! E se puxar arma para a Polícia, vai tomar tiro e tiro para morrer!

O SR. PRESIDENTE - PEDRO KAKÁ - PODE - Tem a palavra o nobre deputado Milton Vieira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores funcionários, público presente nas galerias, policiais militares que aqui se encontram, primeiramente quero parabenizar o Coronel Telhada pelo PL 556/16, que passou pela Comissão de Segurança Pública. Foi aprovado e vamos aguardar o governador sancionar. Parabéns.

É importantíssimo podermos saber o que acontece no ônibus, desde o ladrão que entra, desde as pessoas que estão lá e quem perturba os próprios passageiros, o que acontece muito. Na verdade, vim para falar rapidamente de ontem, o que aconteceu na nossa reunião que tivemos por volta das duas horas da manhã no Congresso de Comissões.

Foram acertados alguns acordos e o deputado Itamar Borges passou um projeto de lei para que fosse possível vender bebidas dentro dos estádios de futebol. Por que isso? Porque eu vou a jogo de futebol e vejo que as pessoas já chegam bêbadas, porque hoje tem uma proibição aqui em São Paulo. Todos os estados liberaram, inclusive agora os vereadores vão liberar para que se vendam bebidas alcoólicas. Não bebidas fortes, somente cerveja. Meia hora antes do jogo, meia hora depois do jogo e durante os intervalos. Na hora do jogo, não se vende nada, só nos intervalos, porque, hoje, se você for, filmar e vir, principalmente se você vai para o Itaquerão, você verá o que os caras bebem em volta dos bares.

Já entram com três, quatro cervejas, bebem, jogam fora, já entram perturbados. Aí sim atrapalha a Polícia Militar que faz seu belo trabalho. Entretanto, ontem, em um acordo que fizemos, esse projeto de lei ia entrar, ia passar e ia ser discutido depois. Na hora de fazer o Congresso de Comissões, tinha a Comissão de Segurança, da qual sou o presidente, e mais duas comissões. O Coronel Camilo foi o primeiro a falar que é contra. Tudo bem, Coronel Camilo, que V. Exa. é contra. Não estou aqui para discutir se V. Exa. é contra ou se V. Exa. é a favor.

Vossa Excelência só tem que pensar que o mundo não roda em torno da Polícia Militar. Tudo de V. Exa. aqui nós aprovamos e ajudamos, mas tudo para V. Exa. é em torno da Polícia Militar. A Polícia Militar não manda dentro dos estádios. Se a Polícia Militar faz a segurança, uma bela segurança, eu sou a favor, mas o que roda na Polícia Militar é o seu mundo, é V. Exa., são os seus oficiais, os seus sargentos, os seus soldados, mas não esta Casa. Esta Casa não tem nada a ver com V. Exa. querer que tudo rode em torno da Polícia Militar.

Eu não sou mandado pela Polícia Militar e nenhum deputado aqui. Cada um na sua. Vossa Excelência é a favor que não possa ter bebida nos estádios? Então não ponha a Polícia Militar. Vossa Excelência que é a favor, como o Coronel Telhada também foi contra e outros lá foram contra. Não coloque a Polícia Militar. Em primeiro lugar, que a Polícia Militar está fazendo um serviço caro dentro dos estádios, tanto é que eu sou um dos primeiros a falar para não pagar mais, porque é muito caro. Não que o soldado ganhe ou a Polícia Militar ganhe esse dinheiro. É caríssimo e esse dinheiro não vai para ninguém que está trabalhando.

Tanto é que agora os clubes ganharam na Justiça e não pagam mais. Eu sou a favor como é na Copa do Mundo, na qual dentro dos estádios existem empresas particulares e em torno a Polícia Militar, a Polícia Civil para darem segurança, que são pagas pelo estado para isso, não dentro dos estádios. Coronel Camilo, queria que V. Exa. soubesse isso que o mundo não roda em torno de V. Exa. e só da Polícia Militar. Aqui, todos somos uma família? Somos. Polícia Civil e Polícia Militar, só que no mundo não é em torno do que V. Exa. acha. Queria deixar bem claro para V. Exa. que eu achei que V. Exa. não foi elegante do jeito que falou. Então, fala que é V. Exa. e não a Polícia Militar.

Elá não tem nada a ver com isso. Eu fui falar com alguns coronéis. Alguns são a favor e outros não, mas na realidade se V. Exa. vir como eles já entram bêbados dentro dos estádios... Muitos problemas ocorrem porque já entram com mais bebida e bebendo lá dentro, no horário que pode, com certeza eles beberiam menos, arrumariam menos confusão. Eu respeito os coronéis que tomam conta.

A Polícia Militar toma conta do Choque dentro dos estádios, uma das melhores do Brasil. Você pode ver que não acontece o que aconteceu lá no Rio de Janeiro, onde ninguém manda nada, mas não podemos achar que pela opinião de V. Exa. nós somos obrigados a fazer o que V. Exa. acha, viu Coronel Camilo? Desculpa, V. Exa. não vai gostar, mas é bom que V. Exa. saiba que é o que eu estou pensando, é o que falei aqui. Boa tarde aos senhores. Muito obrigado.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - A respeito do que o companheiro Delegado Olim acabou de falar, respeito a posição, também tenho a minha posição a respeito disso, mas só quero citar como notícia que sobre esse problema da PM fazer policiamento em estádios, eu também não concordo. Eu tenho um trabalho de MBA de 2006 que falava justamente sobre isso, que nos outros países quem toma conta de estádios são empresas de segurança, que é um serviço pago, é um serviço que todo mundo ganha dinheiro e a Polícia Militar ganha a porrada.

Eu também entendo que quem deveria tomar conta nos estádios seriam empresas particulares, porque é um espetáculo privado. Nada mais certo do que pagar quem faz a segurança e a Polícia Militar tem que atender o cidadão onde? Combatendo o crime nas ruas. Quanto ao problema da bebida, eu tenho uma posição a respeito. Respeito a sua postura, mas também sou contra. Vamos discutir isso, conversar e chegar a um denominador comum.

Vossa Excelência tem o nosso apoio em todos os sentidos, assim como todos os deputados. Nós brigamos aqui, mas fazemos isso em nome do melhor para o cidadão. É importante que continuemos discutindo esses assuntos para chegarmos a um denominador comum.

O SR. PRESIDENTE - PEDRO KAKÁ - PODE - Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.)

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente, telespectadores da TV Assembleia, quero deixar bem claro - não à Polícia Militar, à Polícia Civil ou à Polícia Científica, mas para o povo de São Paulo - que nós estamos aqui para defender os interesses do povo de São Paulo, e não de uma ou outra corporação.

O foco dos deputados desta Casa não deve ser a bebida nos estádios, se isso for prejudicar o cidadão. O foco tem que ser o cidadão. Temos que pensar no cidadão de São Paulo, do brasileiro que vive em São Paulo. Fui comandante geral da Polícia Militar de São Paulo. Eu tinha uma tropa reserva da Polícia Militar, que é a Tropa de Choque. Dentro da Tropa de Choque havia a Rota, o Gate, o Canil e o Coe, mas havia o 2º de Choque, que fazia o policiamento nas praças esportivas.

Nós tínhamos muitos problemas com as brigas de torcida, com as brigas dentro dos estádios. Nessas brigas, muita gente se feria, e mortes ocorreram, inclusive, dentro dos estádios. O álcool leva a isso. Sabemos disso. Está mais do que provado que isso é um problema, dentro ou fora dos estádios. Vejam o que acontece no trânsito. Qual foi a nossa intervenção nesse projeto?

Pedimos aos que apresentaram o projeto, ao deputado Itamar Borges, que dessem um tempo. Vamos tentar remodelar o projeto para ver se isso é possível. Infelizmente, isso não aconteceu, e o projeto veio à votação. Veio à votação na comissão, e nós realmente defendemos o povo de São Paulo, e achamos que esse projeto, por orientação da própria Polícia Militar, não deveria prosperar.

Quero deixar bem claro que não é o deputado Coronel Camilo que quer que isso aconteça. Não é o deputado Coronel Telhada ou o deputado Wellington Moura. Estamos vendo o que é melhor para a população de São Paulo, e não para uma ou outra instituição. Não estamos defendendo as empresas de bebida que querem vender dentro dos estádios. Nós até podemos defender isso, se precisar, mas por outro aspecto, ou seja, desde que isso seja bom para o cidadão de São Paulo e para o povo brasileiro que está vivendo no estado de São Paulo.

Eu nunca irei tomar uma atitude irresponsável, que irá colocar em risco a vida do policial e daqueles torcedores que estão nos estádios. Quando se chegar à conclusão de que é possível fazer, não tenham dúvidas de que eu mudo de opinião. Por enquanto, não é essa. Por enquanto, a fala é: “bebida dentro dos estádios irá provocar mais agressões, mais brigas e uma pior situação dentro dos estádios”.

Respeito a posição do deputado Delegado Olim, do deputado Itamar Borges e todos os deputados que são favoráveis à venda de bebidas alcoólicas dentro dos estádios. Como comandante geral e profissional de polícia - defendendo aquele soldado da ponta da linha que irá lidar com esse problema dentro dos estádios, mas, principalmente, para proteger o cidadão de São Paulo e o torcedor que vai aos estádios - interferimos e pedimos um melhor estudo desse projeto.

Somos 94 deputados. Dependendo da nossa posição, esse projeto não prospera.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, não há acordo para a suspensão até as 16 horas. Se for até as 16 horas e 30 minutos, há acordo.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Então, não há acordo entre as lideranças. Vamos entrar no Grande Expediente.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, solicito a suspensão dos trabalhos por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - PEDRO KAKÁ - PODE - É regimental. A sessão está suspensa por cinco minutos.

- Suspensa às 15 horas e 24 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 25 minutos, sob a Presidência do Sr. Coronel Telhada.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Se acordado está, assim será.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Wellington Moura e suspende a sessão até as 16 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 15 horas e 25 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 30 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, convocação:

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nos termos regimentais, convoco reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 16 horas e 45 minutos, às 17 horas e 15 minutos e 17 horas e 45 minutos, no Plenário D. Pedro, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 902, de 2017.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nos termos regimentais, convoco reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle, a realizar-se hoje, às 17 horas, às 17 horas e 30 minutos e 18 horas, no Plenário Tiradentes, com a finalidade de apreciar o PDL nº 14, de 2017.

A SRA. MÁRCIA LIA - PT - Sr. Presidente, peça a palavra para falar pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra a nobre deputada Márcia Lia, pelo Art. 82.

A SRA. MÁRCIA LIA - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero iniciar minha fala dizendo que estamos vivendo momentos muito difíceis neste País, como já temos conversado nos últimos tempos.

Estou muito preocupada com a forma como as coisas têm se dado em relação ao desrespeito que temos verificado nos últimos tempos, desrespeito esse que tem sido, todos os dias, e com várias pessoas, efetivado pelo Poder Judiciário.

A última situação que tem mobilizado muitas pessoas e que tem deixado muita gente muito preocupada é a condução, a forma como o Supremo Tribunal Federal tem, por um lado, soltado pessoas, e por outro, nesta semana, a situação infligida ao deputado federal Paulo Maluf.

É uma situação muito triste, porque o Paulo Maluf, apesar de não termos convergência ideológica, uma condução firme em relação aos mesmos propósitos, hoje ele é uma pessoa de 86 anos, que tem uma doença grave e que está numa situação lamentável, do ponto de vista físico. E mesmo assim o Paulo Maluf foi recolhido e está sendo conduzido à Papuda, lá em Brasília. Acho que pela idade que a pessoa tem, por todo o tempo que esses processos se alongaram, isso não é efetivamente fazer justiça.

Então, estamos muito solidários à família do deputado Paulo Maluf, porque entendemos que da forma como foi tudo feito, da forma como se coloca o Judiciário, prendendo pessoas nessas condições, e soltando pessoas que, na verdade, não poderiam e não deveriam ser soltas, como, por exemplo, aquele médico estuprador que foi solto, evadiu-se do Brasil e foi embora para o Líbano.

Quero, também, trazer aqui um assunto que me preocupa muito e que deve voltar a ser discutido nos próximos meses, que é a questão da PEC nº 33, que é a PEC da redução da maioridade penal. Nós somos absolutamente contrários à redução da maioridade penal, porque achamos que, se o Estado, aquele que deveria suprir todas as necessidades sociais - de Habitação, de Educação de qualidade, de Cultura, de alimentação - dos nossos jovens, não é capaz de cumprir o seu papel, com a redução vamos fragilizar ainda mais os nossos jovens e as nossas crianças, que precisam de Educação, de suporte familiar, de melhores condições de vida. Não devem ser recolhidos a um sistema prisional que nós sabemos estar muito além de falido. Então, não resolvemos um problema criando outro maior.

Nós queremos dizer que vamos fazer muitas audiências públicas e muito debate nesta Casa no próximo ano, porque vamos nos colocar frontalmente contra essa PEC, que, com certeza, deverá vir à tona no começo do próximo ano. A redução da maioridade penal não resolve os problemas ligados à criminalidade, como a violência urbana ou a superlotação dos presídios. Pelo contrário, vai agravar a situação, estimulando o crime organizado a recrutar jovens de uma faixa etária cada vez mais baixa.

Queremos dizer que entendemos que a idade penal de 18 anos é um direito individual garantido no Art. 228 da Constituição Federal. Portanto, é uma cláusula pétrea e só por intermédio de uma constituinte poder-se-ia modificar essa situação. Então, nós somos frontalmente contra e não vamos deixar de batalhar para que não tenhamos a questão da redução da maioridade penal.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nós temos uma proposta de suspensão dos nossos trabalhos até as 18 horas e 45 minutos. Consulto os líderes em plenário se existe acordo para a suspensão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Não há acordo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei nº 1.070, de 2017.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, não tendo outra opção, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Chico Sardelli e Edmir Chedid para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

- É iniciada a chamada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número regimental de Srs. Deputados e Sras. Deputadas em plenário, pelo que dá por interrompido o processo de verificação de presença e agradece a colaboração dos nobres deputados Chico Sardelli e Edmir Chedid.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 18 horas e 45 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Cezinha de Madureira e suspende a sessão até as 18 horas e 45 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 16 horas e 44 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 45 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Para requerer que os nossos trabalhos sejam prorrogados por duas horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Colocaremos no momento oportuno a prorrogação solicitada pelo nobre deputado Campos Machado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, nós fizemos um acordo junto com V. Exa. sobre a suspensão dos trabalhos até as 18 horas e 45 minutos, e só haveria prorrogação se houvesse acordo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sim. Foi esse o acordo que eu fiz com Vossa Excelência. Por isso que eu coloquei em votação no momento oportuno e peço a suspensão dos nossos trabalhos por cinco minutos.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu gostaria de ser informado desses acordos que estão ocorrendo aqui ou que estariam sendo entabulados entre o líder do PT e o líder do Governo, porque se eu não for informado eu sou frontalmente contra a qualquer acordo que não passe pelas lideranças.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Só para registrar, deputado Campos Machado, na verdade ia ser derrubada a sessão. Para evitar que fosse derrubada, uma vez que faltavam quatro ou cinco nomes para serem chamados - não foi nem o líder do Governo -, eu conversei com o deputado Alencar Santana Braga sobre a possibilidade de dar quórum à sessão e suspender a sessão. O intuito seria mais ou menos o mesmo, como compromisso deste presidente de que se fosse colocada a prorrogação dos trabalhos, eu emitiria o comando, inclusive de rejeitado, se não fosse buscado um entendimento entre todos os líderes da Casa. Foi só essa conversa que nós tivemos para evitar que caísse a sessão.

Peço autorização aos líderes se eu posso suspender por cinco minutos os nossos trabalhos. (Pausa.)

Estão suspensos os trabalhos por cinco minutos.

- Suspensa às 18 horas e 47 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 54 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

O SR. ANDRÉ SOARES - DEM - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pergunto se existe concordância de todos os líderes sobre o levantamento da presente sessão, lembrando que existe um pedido de prorrogação do deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Podemos suspender por mais cinco minutos para tentarmos caminhar para um acordo?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Na verdade, em cinco minutos encerra o tempo da presente sessão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então mais dez minutos?

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Mantenho meu pedido de duas horas e trinta minutos e nós suspendemos por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tenho que colocar primeiro em votação o maior pedido existente.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Então duas horas e meia e pedimos suspensão por dez minutos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Não, para podermos avançar na conversa poderíamos prorrogar por meia hora para continuarmos conversando, porque a outra proposta do tempo era para nos reunirmos e fazer outra reunião enquanto as comissões não voltassem.

Continuárimos aqui, se desse o tempo pediríamos mais 10, mais 15, no máximo meia hora para continuarmos a conversa.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Eu sugiro a prorrogação por 45 minutos. As comissões continuam seu trabalho enquanto continuamos conversando. Existe a concordância de prorrogação por 45 minutos?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, em 45 minutos as comissões vão ler três páginas. Está dando cinco páginas por hora. Isso é uma brincadeira que consta do nosso Regimento.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É melhor não prorrogarmos a sessão e irmos para a extraordinária.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Minha opinião é essa. Não prorrogar e convocar duas sessões extraordinárias.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Uma delas já está convocada.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Qual prejuízo pode ocorrer se prorrogarmos a sessão por mais 40 ou 30 minutos para conversarmos?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência suspende a sessão por dois minutos, por conveniência da ordem.

- Suspensa às 18 horas e 56 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência coloca em votação o pedido do nobre deputado Campos Machado. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o pedido de prorrogação dos nossos trabalhos.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, convoca V. Exas. da sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se 10 minutos após o término da sessão.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas.

21 DE DEZEMBRO DE 2017 70ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: MILTON VIEIRA e CAUÊ MACRIS
Secretários: RICARDO MADALENA, JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR, FELICIANO FILHO, ADILSON ROSSI, ROBERTO MORAIS, ANDRÉ DO PRADO e ANALICE FERNANDES

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - MILTON VIEIRA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - MÁRCIA LIA
Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.
3 - PRESIDENTE MILTON VIEIRA
Defere o pedido e suspende a sessão às 19h13min, reabrindo-a às 19h16min. Coloca em discussão o PL 1070/17.
4 - MÁRCIA LIA
Discute o PL 1070/17.
5 - ENIO TATTO
Para comunicação, informa que agendara audiência com o secretário de Transporte Metropolitano, a ser realizada amanhã, às 14 horas, com o fito de discutir a obra da Linha 5 do Metrô. Crítica o edital de concessão por não abranger o extremo sul de São Paulo, a envolver o Capão Redondo, o M' Boi Mirim e o Jardim Ângela.